

CIDADE, BRANQUEAMENTO E COLONIALIDADE:
A construção dos matizes da identidade de Londrina e os impactos sobre a
população negra

CITY, WHITENING AND COLONIALITY:
The Construction of the Nuances of Londrina's Identity and the Impacts on the
Black Population

Mariana Panta¹
Maria Nilza da Silva²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, do ponto de vista sociológico, o início da formação de Londrina, décadas de 1920-1950, situando-a no cenário nacional, bem como a construção dos matizes de sua identidade com seus impactos sobre a população negra na atualidade. Para estudar este problema, realizamos uma pesquisa bibliográfica destacando como principais conceitos *a ideologia do branqueamento e a colonialidade* em sua articulação com a história da cidade. Os resultados desse estudo evidenciam que a lógica do colonialismo, persistente sob a forma de colonialidade, articulada às especificidades do racismo no Brasil, que se alicerça na ideologia do branqueamento e no mito da democracia racial, serviu para, além de tantos outros infortúnios, impedir o reconhecimento das contribuições dos negros e a sua própria existência. Outra face dessa dinâmica é a segregação urbana com evidente marca racial, que faz com que os negros ocupem, em

¹ Pós-Doutoranda e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, com bolsa concedida pela CAPES. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus Marília (2018), com a realização de Estágio de Investigação Doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, como bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE-CAPES (2017). Tem experiência nos seguintes campos de investigação: Relações Raciais, Racismo, Segregação Urbana e Racial, Educação Antirracista, Políticas Públicas, Trajetórias de Personalidades Negras e Pensamento Decolonial.

² Foi pesquisadora convidada e realizou o Pós-Doutoramento no Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques, junto a École des Hautes Études en Sciences Sociales - CADIS/EHESS em Paris entre maio de 2010 e abril de 2011. No período foi bolsista da Capes. Concluiu o Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2004. Foi bolsista produtividade de março de 2009 a fevereiro de 2015. Atualmente é Professora Titular de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, com atuação no curso de Graduação em Ciências Sociais e de Pós-Graduação em Sociologia. Foi membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros - CADARA, do Ministério da Educação de 2005 a 2010. Coordena projeto de pesquisa sobre Migração Internacional e de extensão sobre as ações afirmativas e população afro-brasileira. Obteve financiamentos e coordena projetos financiados pelas agências de fomento no Brasil. É coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO) da UEL. Foi consultora da UNESCO em 2016 e 2017 referente aos estudos africanos, afrobrasileiros e a migração africana atual. Foi Assessora Acadêmica na III Conferência Regional de Ensino Superior CRES 2018 no eixo Educación superior, diversidad cultural e interculturalidad en América Latina.

sua maioria, os territórios pobres e estigmatizados de diversas cidades brasileiras e Londrina encontra-se inscrita nessa realidade.

Palavras-chave: Cidade; racismo; ideologia do branqueamento; colonialidade; segregação.

Abstract

The objective of this article is to analyze, from a sociological point of view, the beginning of the formation of Londrina, decades of 1920s-1950s, placing it on the national scene, as well as the construction of the nuances of its identity with its impacts on the black population in present. To study this problem, we conducted a bibliographic research highlighting the main concepts of the whitening ideology and coloniality in their articulation with the city's history. The results of this study show that the logic of colonialism, persistent in the form of coloniality, linked to the specifics of racism in Brazil, which is based on the whitening ideology and the myth of racial democracy, served to, in addition to so many other misfortunes, prevent recognition of the contributions of blacks and their very existence. Another face of this dynamic is the urban segregation with an evident racial mark, which makes blacks occupy, in their majority, the poor and stigmatized territories of several Brazilian cities and Londrina is inscribed in this reality.

Keywords: city; racism; whitening ideology; coloniality; segregation.

INTRODUÇÃO

Contrário ao pensamento de que o racismo é uma ideologia ou uma superestrutura derivada das relações econômicas, a ideia de “colonialidade” estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade. O Racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho, até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosa, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano).

Ramón Grosfoguel, 2018.

O objetivo deste artigo é analisar, sob o prisma da Sociologia, o início da formação de Londrina - cidade localizada no norte do Paraná, região Sul do Brasil -, décadas de 1920-1950, situando-a no cenário nacional, bem como a construção dos matizes de sua identidade com seus

impactos sobre a população negra na atualidade³. Para estudar esse problema, realizamos uma pesquisa bibliográfica destacando como principais conceitos a *ideologia do branqueamento* e a *colonialidade* em articulação com a história da cidade.

Evidenciamos que, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, os círculos intelectuais e políticos do Brasil, com raras exceções, estiveram fortemente comprometidos com a ideologia do branqueamento, um dos suportes do racismo no país (MUNANGA, 2008). Ela foi construída na base das conveniências de dominação colonial e imperial, expandindo-se amplamente no período pós-abolição, sobretudo com o início da industrialização e urbanização, sustentada pelos discursos de progresso intrínsecos ao sistema capitalista que se estabelecia. Essa corrente de pensamento veio a impactar as esferas políticas e sociais não somente no que diz respeito ao projeto de embranquecimento populacional, mas também aos aspectos culturais e aos projetos urbanísticos, de caráter segregacionista, que levaram os indesejados, pobres e negros, a ser empurrados para as localidades mais precárias das cidades brasileiras.

Além de abordar a ideologia do branqueamento, conduzimos o debate à luz do conceito de colonialidade, desenvolvido por Aníbal Quijano após profunda análise da situação da América Latina e debatido com grande vigor interpretativo por autores como Bernardino Costa, Enrique Dussel, Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, entre outros pensadores ligados ao paradigma modernidade-colonialidade-decolonialidade.

Compreendendo a colonialidade como um padrão de poder multidimensional que se constitui como alicerce do sistema capitalista - no qual a raça assume o papel crucial de classificação da população mundial - as hierarquias por ela produzidas resultam em experiências de dominação e exploração que, como analisa Santos (2012: 41-42), levam a trajetórias discrepantes de indivíduos e grupos nos diversos contextos capitalistas.

Como afirma Quijano (2010: 84-85), no momento em que o capitalismo se tornou mundial, a colonialidade e a modernidade instauraram-se articuladas como elementos constitutivos e específicos do seu padrão de poder, que permanece até hoje. A colonialidade opera por meios materiais e subjetivos da existência social cotidiana e da escala social (QUIJANO, 2010: 84), dando

³ Este artigo resulta de uma discussão mais ampla empreendida no capítulo II – “Cidade e Colonialidade / Decolonialidade: a Construção dos Matizes da Identidade de Londrina”, da tese de doutoramento: PANTA, Mariana. *Relações Raciais e Segregação Urbana: trajetórias negras na cidade*. 2018. Tese (Ciências Sociais) - UNESP, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157155>.

suporte ao racismo estrutural enraizado no Brasil, por vezes escamoteado pelo mito da democracia racial, mas eficazmente perverso.

Em Londrina, as formas de expressão e exercício da colonialidade e do racismo parecem emergir nas mais diferentes esferas, dentre as quais podemos destacar: a construção da história oficial da cidade, na qual se omitem a presença negra e indígena (colonialidade na produção de conhecimento ou colonialidade do saber articulada ao racismo à brasileira, que suprime os considerados inferiores); as características do projeto arquitetônico da cidade, isto é, do ambiente construído, que, se por um lado, não reconhece a existência de determinados grupos sociais, por outro, sedimenta as raízes da hegemonia eurocêntrica nas representações culturais através de símbolos que visam promover sua aproximação com a capital inglesa, Londres, não obstante estarem os ingleses entre os grupos étnicos que menos fixaram residência na cidade (colonialidade e racismo presente nas representações culturais); as desigualdades e a segregação socioespacial de grupos historicamente subalternizados, principalmente negros (colonialidade nas esferas do poder, uma das bases de sustentação do racismo estrutural na contemporaneidade).

Para melhor compreender as idiossincrasias de Londrina, iniciamos a discussão com uma breve explanação acerca da ideologia do branqueamento e algumas especificidades do Sul do Brasil e do Paraná. Na sequência apresentamos determinadas características de Londrina, da sua fundação até os dias atuais, incorporando à pauta nuances das injustiças sociais às quais é submetida a população negra, especialmente na esfera econômica e cultural.

A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA ATUALIDADE

Londrina nasceu numa conjuntura na qual a elite política e intelectual do Brasil, em sua maioria, esteve em ampla convergência com o ideário do branqueamento, importante dimensão dos efeitos da dominação colonial e um dos principais dispositivos para a interpretação do racismo brasileiro. Nessa perspectiva, convém rememorar que, no país, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, foi colocado em prática um projeto de nação, embasado por teorias racistas e racialistas, que visava o branqueamento físico e cultural da população do país⁴. Uma de suas principais medidas foi, em tom de discursos de progresso, incentivar a vinda de milhares de europeus para o Brasil, em grande parte subsidiada pelo governo brasileiro

⁴ Cf. Capítulo II - A mestiçagem no pensamento brasileiro, do livro: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

(HOFBAUER, 2011: 2), para servirem de mão de obra da sociedade emergente que acabara de abolir o sistema escravocrata e já despontava para uma incipiente industrialização, especialmente em São Paulo, mas também para “melhorarem” as características da população do país. Para muitos intelectuais e políticos brasileiros, influenciados por teorias raciais provenientes da Europa, os europeus possuíam elementos étnico-raciais superiores, capazes de aprimorar as características de um povo “degradado” pelos séculos de escravidão, miscigenação e proliferação de descendentes de africanos.

A mistura racial vista, inicialmente, como emperramento ao progresso do Brasil - posto que, na concepção das teorias raciais clássicas, que defendiam a pureza racial, dava origem a um tipo étnico degenerado, o mestiço -, passou a ser compreendida como potencial solução para o “problema” nacional. Isso porque cientistas brasileiros adaptaram as teorias raciais europeias - que tinham profunda aversão à miscigenação - aos interesses políticos e sociais da conjuntura brasileira. O ponto-chave dessa adequação levou à produção de um modelo interpretativo peculiar, refratário à ideia de que a mistura entre as raças levaria à *degeneração*. Contrário ao modelo europeu, instaurou-se no Brasil a ideia de que a saída estaria no branqueamento gradativo das gerações justamente através da mestiçagem como uma espécie de *regeneração*, ou seja, de aprimoramento progressivo da raça. Desse modo, a miscigenação se configuraria como uma etapa transitória para transformar corpos negros em corpos brancos, ou, mais do que isso, embranquecer a população não apenas fisicamente, mas também culturalmente. Simultaneamente, projetou-se o extermínio do negro que, nessa conjuntura, foi considerado como o principal símbolo de atraso do país.

A historiadora Nancy Stepan (2005), que estudou a eugenia em países da América Latina, teceu, a esse respeito, análises contextualizadas permitindo-nos compreender que os intelectuais do eixo latino-americano não foram meros consumidores da produção científica dos países hegemônicos, visto que eles se empenharam em introduzir, seletivamente, as teorias eugênicas e adequá-las aos interesses da conjuntura social de cada país. E foi sob esses prismas que se suscitaram, no Brasil, frequentes e continuadas discussões sobre raça e identidade nacional. A ideia era promover a modernização do país sobre os pilares do branqueamento, respaldando-se nos parâmetros europeus de civilidade, valores e modo de vida.

Esse pensamento fundamentou a implementação de políticas urbanas de cunho segregacionista com grande ênfase racial. Do projeto de branqueamento da nação, abandonado após a Segunda Guerra Mundial - na qual o mundo foi palco de genocídios, consequência de teorias raciais hierarquizadoras - permanecem, ainda hoje, entranhados no tecido social, resíduos que permeiam as relações de poder e as interações sociais cotidianas.

Lembremo-nos, também, de que com a consolidação de sociedades alicerçadas no poder capitalista, se estabeleceu a colonialidade como um dos seus eixos centrais, a qual, como mecanismo de poder, mantém persistentes as racionalidades intrínsecas ao colonialismo. Afirma Linda Alcoff (2016: 137): “O colonialismo cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles”. Nessas relações intersubjetivas consolidaram-se as experiências do colonialismo e da colonialidade juntamente com as necessidades do capitalismo, assentando-se, assim, o padrão de hegemonia eurocentrado (QUIJANO, 2010: 85).

Quijano (2010: 120) afirma: “... a população de todo o mundo foi classificada, antes de mais, em identidades ‘raciais’ e dividida entre os dominantes/superiores ‘europeus’ e os dominados/inferiores ‘não-europeus.’” Nesse movimento, a cor da pele, definida pelo autor como uma “invenção eurocêntrica”, foi estabelecida como a marca racial mais expressiva entre dominantes (raça branca) e dominados (raças de cor). Escreve o autor: “A escala de gradação entre o ‘branco’ da ‘raça branca’ e cada uma das outras ‘cores’ de pele, foi assumida como uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social ‘racial’” (QUIJANO, 2010: 120).

Os chamados países do Sul e respectivos povos, que foram dominados pelo colonialismo europeu, são tradicionalmente vistos pelo Norte global (Europa e América do Norte) como atrasados e primitivos. É preciso considerar, todavia, que a colonialidade do poder não se refere apenas às relações internacionais de poder, mas também às relações internas, ou seja, aquelas estabelecidas no interior de cada país (QUIJANO, 2010: 122). Na sequência dessa ideia, Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses afirmam que dentro das nações colonizadas sempre existiram as “pequenas Europas”, as elites, que mantêm e legitimam seus privilégios ancorados na dominação capitalista e colonial, mesmo após as independências (SANTOS, MENEZES: 2010: 19).

A lógica do colonialismo, vigente sob a forma de colonialidade, articulada às especificidades do racismo no Brasil, o qual se alicerça na ideologia do branqueamento e no mito da democracia racial, serviu para impedir reconhecimento das contribuições dos povos subalternizados e a sua própria existência, além de provocar tantos outros infortúnios.

PRESENÇA NEGRA NO SUL DO BRASIL: SILENCIAMENTO E INVISIBILIDADE

O Sul do Brasil, constituído pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apesar das diversidades nele existentes, é tradicionalmente conhecido pela colonização europeia e também pela ausência ou presença irrelevante de negros, os quais foram, historicamente,

desconsiderados como integrantes do perfil étnico-racial da região, não se contando, por isso, na construção social da sua identidade, uma das marcas da colonialidade do poder e do racismo, que, nas estruturas societárias brasileiras, têm como um dos seus suportes a permanência de racionalidades inerentes à ideologia do branqueamento.

Na região Sul, diversas localidades são consideradas “pequenas Europas”. Seria - o Sul - o modelo da concretização e sucesso do projeto de imigração europeia com vistas ao branqueamento populacional. Os negros, invisibilizados pelas histórias oficializadas e condicionados a ocupar os territórios segregados, são tidos como inexistentes. A esse respeito, afirma Leite que a invisibilidade do negro é uma das dimensões da ideologia do branqueamento; assim, a negação da sua existência seria um modo de resolver a impossibilidade de bani-lo, de fato, da sociedade. Escreve a autora: “Não é que o negro não seja visto, mas sim que *ele é visto como não existente*” (LEITE, 1996: 41, grifo da autora).

O Paraná, por sua vez, mesmo sendo o Estado com a maior presença negra da região Sul (34% - IBGE, 2018), não escapa à persistência da negação. Houve ostensivo esforço, por parte do círculo intelectual do Paraná, de criação de uma identidade específica para o Estado que fosse de matriz europeia. A ideologia do branqueamento impactou a produção de conhecimento da região que buscava distinguir-se das demais regiões do país, sobretudo através da negação da presença negra. É nesse sentido que os trabalhos mais conhecidos da literatura paranaense demonstram consonância com os interesses políticos e sociais pautados no embranquecimento e nas aspirações de progresso. Como exemplo, mencionamos um trecho da obra de Wilson Martins intitulada *Um Brasil Diferente*, publicada pela primeira vez em 1955 e reeditada em 1989. Escreve o autor:

[...] esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por traço de fundamental importância: não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer de sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo (MARTINS, 1989:128).

Em outro trecho o autor acrescenta:

Se é verdade, como se diz, que em algumas regiões do Brasil não há brasileiro sem uma gota de sangue negro, no Paraná pode-se dizer que não há brasileiro, principalmente os de velhas famílias paranaenses, sem uma gota de sangue estrangeiro. (MARTINS, 1989: 329).

É possível notar que o raciocínio de Martins convergia com as ideias de hierarquização racial disseminadas naquele contexto. Houve, no processo de construção da história do Paraná, um vigoroso esforço para estabelecer a ideia de que a sua formação é substancialmente europeia. A presença dos povos indígenas é lembrada, mas de maneira esmaecente com representações estereotipadas, quase folclóricas, conexas com a ideia de passividade, de submissão ao branco. Omitem-se, ao mesmo tempo, os seus valores culturais, suas lutas, sua resistência, sobretudo contra as investidas dos colonizadores com o objetivo de desterritorializá-los.

O negro, por sua vez, é apagado das narrativas oficializadas referentes à formação e desenvolvimento do Paraná; apaga-se igualmente sua representação identitária. Sua presença foi persistentemente escamoteada, conforme afirma Pereira (1996: 117), por meio da manipulação até mesmo de dados estatísticos, no intuito de tornar quase que invisível sua presença na região, o que torna evidente a vinculação dos produtores de conhecimento aos propósitos do ideário do branqueamento.

A CIDADE

Nos primórdios de sua colonização, Londrina foi concebida como terra da riqueza e prosperidade, onde não haveria espaço para a pobreza, uma vez que, conforme o discurso fundador, todos aqueles que estivessem empenhados em trabalhar teriam oportunidades de enriquecer. Foram-lhe atribuídas, pela historiografia regional, diversas denominações, tais como “Terra da Promissão”, “Eldorado Cafeeiro” e “Nova Canaã” (ARIAS NETO, 1993). Essas designações aludem aos significativos níveis de desenvolvimento alcançados pela cidade num curto espaço de tempo, notadamente entre as décadas de 1920 e 1950, devido ao intenso trabalho do migrante e do imigrante no decurso de sua formação socioeconômica, alicerçada na produção cafeeira.

Londrina significa “pequena Londres” ou “filha de Londres”, uma homenagem aos colonizadores ingleses, principais investidores de capital no projeto de ocupação territorial da região iniciado nas primeiras décadas do século XX. Foi instituída oficialmente município em 1934. Hoje, aos 85 anos, Londrina é a quarta maior cidade do Sul do Brasil, depois de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Joinville (SC). Constituída por uma população estimada em 575.377 habitantes (IBGE, 2020), figura no cenário nacional como importante polo econômico. Para melhor compreender suas características e peculiaridades, lançamos mão de uma breve exposição de sua história.

REVISITANDO A HISTÓRIA DE LONDRINA

Numa convergência de interesses, tanto do governo do Brasil, que precisava atrair capital estrangeiro com vistas ao desenvolvimento econômico do país, quanto do governo e empresários da Inglaterra, que buscavam novas e rentáveis oportunidades de investimento, chegou ao Brasil, no início da década de 1920, a Missão Montagu, atividade oficial britânica que pretendia avaliar as potencialidades econômicas do país e propor uma reformulação de sua política monetária (BONI, 2004: 25-26).

Joffily (1984) enfatiza que a disposição de especialistas econômicos ingleses em avaliar as riquezas do território nacional tinha uma razão precisa: assegurar a capacidade do Brasil em arcar com as despesas de novo endividamento, derivado da concessão do empréstimo almejado para o abrandamento da crise econômica do país. Tratava-se de uma imposição dos credores ingleses ao governo brasileiro, fato que exacerba as relações de dependência, no âmbito político-econômico, de países periféricos em relação aos grandes centros hegemônicos, cuja face mais expressiva é a intervenção externa sobre a política do Estado e a prossecução de um capitalismo periférico e dependente.

Nessa conjuntura, o norte do Paraná era praticamente uma imensa floresta habitada por povos indígenas, com alguns núcleos resultantes de uma colonização espontânea que abarcava uma população pobre, precursora da derrubada de matas de uma pequena área para fins de plantio e criação de animais. Começavam a se instalar também expressivos proprietários de terras, mineiros e paulistas, que inauguravam a abertura de áreas para a instauração de grandes fazendas. Com vistas a restringir a ocupação irregular do solo por posseiros, tornou-se oportuno para o Estado do Paraná estabelecer articulações com empresas privadas de colonização provenientes da Inglaterra, para uma ocupação efetiva e organizada (ALVES, 2002: 45-46).

O processo de colonização do norte paranaense concretizou-se a partir de articulações do Governo do Estado com empresários ingleses, que reunidos em Londres, fundaram uma companhia privada de colonização denominada *Paraná Plantation Ltd*, da qual se originou a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da empresa inglesa no Brasil e principal responsável pelo povoamento da região. A CTNP, cuja sede foi instalada em Londrina no ano de 1929, havia comprado do Estado do Paraná, com recursos financeiros provenientes da Inglaterra, uma área de terras correspondente a 515.000 alqueires. Adquiriu também a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, responsável pelo fluxo da produção da região. Após uma iniciativa frustrada relativa ao cultivo de algodão, a CTNP decidiu demarcar essas terras e dividi-las em lotes para fins imobiliários. O empreendimento visava promover a colonização por meio do estímulo à vinda de compradores de terras, nacionais e estrangeiros, que estivessem dispostos a investir e apostar no

desenvolvimento da região desprovida de qualquer infraestrutura, mas com grandes potencialidades de crescimento, sobretudo devido à fertilidade do solo e clima propícios para a expansão do setor primário, especialmente de atividades agrícolas (BONI, 2004: 45).

A CTNP promoveu eloquentes propagandas, em grande escala, enfatizadas com os mais diversos *slogans* sobre a terra roxa, fértil e sem saúva, “onde tudo que se planta dá” e “onde se pisa sobre dinheiro” (ADUM, 1991: 50); com discursos de progresso; e com persuasivas promessas de enriquecimento, sobretudo através de atividades voltadas ao cultivo do café, designado como “ouro verde”, tamanha a riqueza que o produto representava para o norte paranaense. A campanha da CTNP acabou por atrair não só grandes proprietários de terras de São Paulo e de Minas Gerais, que trouxeram consigo seus empregados mais experientes na produção agrícola, mas também significativo afluxo de trabalhadores nordestinos em busca de oportunidades. Antigos colonos de fazendas de café, geralmente estrangeiros, que residiam no Brasil, também se dirigiram para região com o intento de garantir seus lotes de terra, além de imigrantes de diversas partes do mundo em busca de um recomeço (ALVES, 2002: 121).

Entre as décadas de 1930 e 1940, Londrina alcançou níveis bastante expressivos de desenvolvimento. O café se configurou como o terceiro grande ciclo econômico do Brasil, que chegou a liderar a oferta do produto em escala mundial. Londrina, por sua vez, chegou a alcançar a liderança nacional na produção do grão, sendo-lhe atribuída a qualificação de “Capital Mundial do Café” devido à importância que assumiu no cenário internacional. Ao longo da década de 1950, o norte do Paraná se consolidou como polo da economia cafeeira, superando São Paulo, que até então preponderava na produção. São Paulo, que já havia sido o grande motor da economia cafeeira, nessa nova conjuntura florescia como polo industrial. A esse respeito, afirma Benatti (1996: 27): “O ano de 1958 marcou o fim da primazia paulista. Em 1960, a cafeicultura paranaense respondia por 46,9% da produção do país, enquanto a de São Paulo representava agora 27,6%”.

Esses patamares de desenvolvimento foram alcançados devido aos migrantes e imigrantes, mais de 30 nacionalidades de diferentes origens socioculturais que empreenderam extensivas jornadas de trabalho para formar os imensos cafezais, propulsores da economia do norte paranaense. De 1930 a 1935 foram vendidos 1.266 lotes para brasileiros na região de abrangência da CTNP, destacando-se Londrina e municípios vizinhos como Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana e Mandaguari. Documentos do período, reproduzidos na literatura sobre a história da cidade (ALVES, 2002; BONI, 2004), registram que a maioria dos migrantes nacionais procedia de São Paulo, Minas Gerais e de diferentes Estados do Nordeste brasileiro. Constata-se que, nesse período, a maior parte das terras foi vendida a estrangeiros, que adquiriram 2.162 lotes,

sobressaindo os de origem alemã (479 lotes), italiana (476 lotes) e japonesa (434 lotes). Chama atenção a pouca expressividade dos ingleses na aquisição de lotes e instalação na cidade cuja colonização foi por eles liderada (6 lotes) (BONI, 2004: 63).

Entre 1935 e 1940 foram vendidos um total 13.214 lotes, sendo 7.805 para estrangeiros e 5.409 para brasileiros. Os maiores compradores estrangeiros foram novamente os japoneses (1.544 lotes), alemães (1.515 lotes) e italianos (1.270 lotes). Mais uma vez os ingleses representaram o grupo menos expressivo na aquisição de terras na região (13 lotes) (ALVES, 2002: 131-133).

Não obstante à relevância dos dados registrados pela CTNP, que nos fornecem uma importante base para o conhecimento das nacionalidades que compõem a identidade cultural de Londrina, é preciso considerar, entre os brasileiros, a existência daqueles não contabilizados nos dados divulgados. São eles os migrantes descapitalizados, em grande parte negros, que se deslocaram para o norte do Paraná tendo como único recurso a própria mão de obra. Muitos foram os trabalhadores que deixaram suas terras de origem em busca de melhores condições de vida no norte paranaense, anseio que nem sempre se concretizou. As intensas jornadas de trabalho na derrubada de matas e nas lavouras de café não foram capazes de assegurar a esses trabalhadores o direito à propriedade de terra, o que levou muitos a permanecer em relações de dependência, vendendo a sua força de trabalho aos donos de terras e para eles produzindo.

A SITUAÇÃO DO MIGRANTE NEGRO DESCAPITALIZADO E A REPRODUÇÃO DA POBREZA

Londrina, no auge da produção do café, foi não só produtora de muita riqueza para o Estado do Paraná primeiramente - que se beneficiou dos avanços proporcionados pela ampliação da via férrea e criação de cidades planejadas - mas a maior produtora nacional de café, no final da década de 1950 (RAZENTE, 2011). Produziu riqueza também para os acionistas da companhia privada de colonização, brasileiros e ingleses, que obtiveram extraordinários lucros com o empreendimento capitalista, e para os grandes proprietários de terras, (ricos de origem e enriquecidos com o café) que, secundados pela laboriosa mão de obra de migrantes pobres, ampliaram seus patrimônios e começaram a formar, no eixo urbano, as primeiras áreas nobres, a exemplo da Avenida Higienópolis, ao longo da qual foram construídos, na década de 1940, muitos casarões dos chamados “barões do café”. Numa posição intermediária situavam-se os migrantes e imigrantes, ex-colonos e pequenos proprietário de terras que, embora tivessem enfrentado as

agruras de um difícil começo na região, receberam incentivo de casas de crédito ou do governo (ALVES, 2002: 76), potencializando suas chances de crescimento.

Como não poderia deixar de ocorrer numa sociedade capitalista, no mesmo espaço em que se expandiu a riqueza produziu-se e reproduziu-se também a pobreza. Na base da hierarquia dos que “chegaram primeiro” a Londrina, situam-se os migrantes pobres, em grande parte negros, especialmente mineiros, nordestinos e paulistas, que, devido a fatores excludentes, gerados por processos de mudança e/ou estagnação econômica das regiões de origem, foram impelidos a migrar rumo a localidades em fase de desenvolvimento, como o norte do Paraná. Para a maior parcela desses migrantes, o discurso fundador da cidade, construído com base nas propagandas da CTNP acerca de sua própria atuação - pautadas em enunciações de progresso, oportunidades, prosperidade, riqueza e acolhimento de pessoas de toda e qualquer cultura - não se materializou.

Os migrantes negros, em sua maioria, constituem um grupo com poucas chances de ascensão social devido a uma série de fatores históricos, sociais, políticos e culturais que restringiram fortemente suas oportunidades. Houve diversos impeditivos, sobretudo após a Lei de Terras, que se tornaram obstáculo para que o negro tivesse direito à terra, isso numa conjuntura na qual sua propriedade se configurava como um dos mais importantes meios de acumulação de bens. No que se refere ao avanço dos meios e modos de produção capitalista, a inserção do negro no mundo urbano-industrial foi tardia e precária, em consequência do cenário no qual a ideologia do branqueamento difundia a ideia de superioridade dos trabalhadores brancos, provenientes da Europa (HASENBALG, 1979). Não por acaso, muitos imigrantes chegaram ao Brasil extremamente pobres, mas rapidamente alcançaram posições, na estrutura de classes e no sistema de estratificação social, melhores que as dos negros.

Na década de 1950, enquanto o norte paranaense estava em plena efervescência cafeeira, solidificado como uma região de atração de fluxos migratórios, Minas Gerais e os Estados do Nordeste se configuravam como regiões de expulsão, uma vez que repeliam grandes contingentes populacionais em decorrência da estagnação econômica. A concentração de enormes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários, as violências, as mortes e o trabalho análogo ao de escravo, sobretudo no Nordeste, manteve estagnada a situação agrária levando a população à extrema pobreza. São Paulo, por sua vez, numa conjuntura marcada por grandes mudanças, em pleno florescimento industrial, absorveu como mão de obra assalariada o migrante europeu e não os escravizados e seus descendentes, restando a estes os trabalhos mais precários e mal pagos. Essas circunstâncias forçaram muitos negros a migrarem para outras regiões em busca de melhores condições de vida. No norte do Paraná, apesar de todas as desvantagens relativas à sua inserção no

mundo do trabalho, que não deixava de ser precária, o negro foi absorvido no setor agrícola, que demandava, insistentemente, muita mão de obra.

Após décadas como principal propulsor da economia do norte do Paraná, no final da década de 1960, o cultivo do café passou a declinar devido às fortes geadas, principalmente a que ocorreu em 1975, responsável pela devastação dos cafezais e que acarretou drásticas mudanças econômicas e sociais no norte paranaense, levando à consolidação de uma nova política agrária apoiada em lavouras mecanizadas que impulsionou o cultivo da soja, arroz, trigo e milho (CHOMA, 2010: 93). Contrariamente à cafeicultura, que requeria muitos braços para o cultivo, essas novas produções agrícolas demandavam o uso de máquinas e, conseqüentemente, menos mão de obra, fato que forçou muitos trabalhadores do campo a buscar novos meios de subsistência. Nessa conjuntura, o êxodo rural se configurou como importante fator de agravamento da pobreza, visto que a entrada de homens negros, com baixa ou nenhuma escolaridade, no trabalho urbano, ocorria pelo aproveitamento do trabalho braçal, enquanto para as mulheres negras restava, em geral, o trabalho doméstico de baixa remuneração.

Em suma, na terra onde se produziu muita riqueza foi produzida também muita pobreza, mormente após as fortes geadas que aniquilaram os cafezais, subtraindo a muitos trabalhadores do campo, sobretudo aos despossuídos de títulos de terras, os meios de vida, levando-os ao desemprego, à informalidade e ao subemprego nas ocupações urbanas. Numa conjuntura estruturada sobre o modelo higienista e eugenista, pobres, principalmente negros, sobre os quais recaía o peso das opressões em decorrência de classe e raça, estiveram sujeitos, entre tantas outras privações, à segregação urbana e, portanto, à inserção territorial precária, o que contrariava fortemente a imagem de prosperidade difundida pela literatura regional.

A historiografia tradicional, preocupada em difundir a imagem do progresso, atrelou o sucesso da região quase que exclusivamente à atuação dos ingleses, fundadores da CTNP, e aos demais imigrantes de origem europeia, tidos como promotores da civilização e do progresso. Concomitantemente, buscou-se escamotear a existência do negro, que, apesar de se constituir como força de trabalho fundamental para o desenvolvimento da região, continuava a pertencer à raça considerada inferior, isto é, caracterizada como agente do atraso. Logo, as obras que fundamentam os escritos sobre a cidade negligenciaram o registro não apenas da presença negra em Londrina, mas também das condições de vida da maior parcela desse grupo social, empurrado para as localidades mais precárias desde a primeira década de existência do município, com a formação das vilas populares, e mais amplamente no período do *boom* cafeeiro, década de 1950,

com a formação das primeiras favelas da cidade, constituídas por famílias provenientes de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro (PANTA, 2018: 155-156).

Apesar de todas as transformações urbanas ocorridas, a segregação com evidente marca racial perdura nos dias atuais como responsável pela presença massiva de negros nas periferias pobres situadas nas extremidades da cidade.

O ESPAÇO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO E A PERMANENTE LUTA POR RECONHECIMENTO

Numa conjuntura na qual a ideologia do branqueamento foi o cerne das tentativas de construção da identidade nacional brasileira, embasando as relações de poder e as interações sociais cotidianas como símbolo de progresso, a representação da identidade cultural de Londrina só podia ser construída em conformidade com os padrões civilizatórios europeus. Em Londrina, ao mesmo tempo que se enfatiza a importância de determinados grupos sociais, notadamente os ingleses, alemães, italianos e japoneses, relega-se a planos inferiores os negros e os indígenas.

Até mesmo as características urbanísticas de Londrina contribuem para a materialização da invisibilidade dos negros, sobretudo quando se atenta para dois fatores primordiais: a) a segregação urbana com nítido recorte racial, que desloca os negros, em sua maioria, para as áreas mais distantes e precárias da cidade; b) a disposição de símbolos em homenagem aos pioneiros nos lugares de maior visibilidade, nos quais a presença negra não é lembrada.

No que concerne à disposição de símbolos em homenagem aos grupos étnico-raciais que construíram a cidade, convém lembrar da luta extenuante da comunidade negra de Londrina, sobretudo da líder negra Vilma Santos de Oliveira, mais conhecida como Dona Vilma e Yá Mukumby, pelo reconhecimento recíproco de todos os povos e pela visibilidade do negro. Em depoimento proferido em 2008, Dona Vilma relatou que, havia muito tempo, vinha reivindicando junto ao poder público um espaço para colocar uma estátua de Zumbi dos Palmares, símbolo de luta e resistência contra a escravização no Brasil. Desde a década de 1980 houve também reivindicações para que fosse dado a uma rua o nome do mesmo líder negro. Entretanto, os sucessivos governos não atenderam as solicitações e o espaço de referência para os negros nunca foi concedido. Segue o depoimento de D. Vilma:

É complicado você ter na sua cidade uma estátua de Zumbi, que foi feita com muita humildade por um artista plástico aqui da cidade, e tá lá jogada no fundo da minha casa porque não teve lugar para colocar. E não foi falta de projeto, não foi falta de pedir, não foi falta de reivindicar. Reivindicamos desde 1987/88 o nome de uma Rua “Zumbi dos Palmares” e também não conseguimos, o projeto não passou na Câmara. Não teve vontade política para que isso

acontecesse. E eu não estou falando de uma gestão, eu estou falando de todas as gestões e de tudo o que acontece de desigualdade, principalmente quando se trata do povo negro (OLIVEIRA, 2008).

Em sociedades nas quais a colonialidade e o peso do racismo é algo pungente, valores culturais brancos são instituídos como norma e refletem os interesses dos brancos, assegurando-lhes privilégios e dando-lhes suporte para que, conscientemente ou inconscientemente, se beneficiem da discriminação racial. Grupos dominantes podem pensar que não são dados a práticas racistas, mas na realidade, garantem à discriminação “um funcionamento mascarado ou invisível ao mesmo tempo em que tiram vantagens delas” (WIEVIORKA, 2007: 38). O racismo, articulado às relações de classes, ao capitalismo e um dos seus suportes centrais, a colonialidade, aprofunda não apenas as desigualdades econômicas, mas também mecanismos de dominação cultural.

É surpreendente a ênfase dada à influência dos ingleses na identidade cultural da cidade. O papel dos ingleses foi imprescindível para a criação e efetivação do projeto capitalista de povoamento de Londrina e de promoção de seu desenvolvimento econômico. Porém, os ingleses foram os que menos adquiriram lotes de terra, também não fixaram residência na cidade, ou seja, não possuem expressividade no que se refere à presença e influência cultural como outros migrantes que construíram sua vida no município. Mesmo assim, o inglês representa a principal figura do pioneiro, do desbravador que transformou a mata virgem em “ouro verde”.

A busca incessante pela edificação de uma memória local relacionada aos ingleses e o *status* heroico atribuído a este segmento, acabam por produzir um quadro desigual de reconhecimento da atuação de outros grupos que também contribuíram, e certamente mais, para o desenvolvimento da cidade, no entanto, são pouco lembrados, se não até apagados dos registros históricos. Durante um bom tempo Londrina vem passando por uma série de transformações urbanas que visam moldá-la segundo os aspectos de uma cidade europeia, disseminando-se, ao mesmo tempo, valores culturais pautados no eurocentrismo. Diversos projetos⁵ têm sido aprovados com o intento de consolidar a ligação de Londrina com a capital inglesa, Londres, por meio da implantação de ícones londrinos mundialmente conhecidos. Como exemplo podemos mencionar as réplicas de cabines telefônicas inglesas instaladas em diversos pontos da cidade e um portal de entrada no município, que serve como passarela para pedestres, com torres que são réplicas do *Big Ben*. Tanto as cabines

⁵ Cf. *Documentário Aborda influência inglesa em Londrina*, disponível em: <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=10974>. Acesso em 01/10/2020.

telefônicas, quanto o portal foram instaurados como homenagem a Londres e aos ingleses, fundadores da CTNP⁶.

A construção do portal foi alvo de críticas de uma parcela da população, que chegou a formular uma petição pública, assinada por mais de 650 pessoas, contra a sua construção. Segue o texto da petição intitulada “O Big Ben não nos representa”:

Os signatários deste documento manifestam-se contra a decoração com réplicas do Big Ben na passarela de pedestres da BR-369, em frente ao Parque Gov. Ney Braga, fazendo as vezes do portal da cidade de Londrina. Os londrinenses que tem afinidade e interesse pela memória da cidade entendem que o símbolo do Big Bem - original de Londres - não representa nosso caráter e nossa identidade. O parcelamento e venda de terras por empresa inglesa teve seu devido valor histórico, mas não configurou, de fato, uma colônia. Imaginar que somos ingleses é esquecer que somos paulistas, mineiros, índios, japoneses, árabes, afros, italianos, espanhóis e tantos mais que vieram com suas famílias para construir uma nova vida. Essa diversidade de etnias é parte fundamental da nossa identidade e da nossa memória, que continua sendo construída por nós. A passarela - segura e moderna - é uma obra muito bem-vinda, mas ao elegermos o Big Ben como um símbolo de Londrina (essa é a função de um portal), perdemos a oportunidade de celebrar nossa verdadeira identidade, que diariamente construímos com vigor e da qual temos imenso orgulho⁷.

A petição pública não foi suficiente para promover alterações no projeto da passarela, que foi efetivado nos moldes britânicos. Entretanto, foi uma iniciativa relevante no sentido de evidenciar que a aprovação de uma identidade construída de acordo com padrões culturais deliberadamente forjados, e pautada na reafirmação de grupos hegemônicos, não é unânime e é vista com olhares críticos.

A contribuição dos ingleses tem a sua significância histórica e já foi devidamente reconhecida nas mais importantes esferas, socioeconômica, historiográfica e cultural. Reconhecida, provavelmente, até mais do que o devido, dado que a literatura tradicional ancorou-se em discursos produzidos pela própria CTNP, que, ao descrever sua atuação, exagerou o protagonismo do desbravador inglês ao mesmo tempo que apagou, praticamente, sua principal característica: a de empreendimento capitalista com vista à maximização do lucro. Contrariamente, suprimiu de suas narrativas a participação de migrantes explorados, cuja força de trabalho foi fundamental, principalmente no plantio de milhões de pés de café, motor da economia regional.

⁶ Cf. PARANÁ, Governo do Estado – Agência de Notícias. *Governo inaugura, em Londrina, passarela com torres que lembram o Big Ben*, 31, mar., 2014. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=79730>. Acesso em: 01/10/2020.

⁷ Cf. Petição Pública: *O Big Bem não nos representa*. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2013N43891>. Acesso em 05/10/2020.

As transformações pelas quais Londrina vem passando remetem à reflexão proposta por Raquel Rolnik, a qual se refere à regeneração da cidade do Rio de Janeiro. Para que a cidade pudesse alcançar a imagem de bela, próspera e civilizada “o espaço urbano foi completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, desenhado para uso e convívio exclusivo das ‘pessoas de bem’” (ROLNIK, 1989: 8). Devido a homenagens aos reconhecidos como pioneiros, sancionadas no âmbito municipal e estadual, os grupos de maior *status* possuem ainda o nome de seus representantes figurados nos diversos signos que constituem a cidade, como ruas, avenidas, praças, parques, escolas, conjuntos habitacionais, memoriais de pioneiros, entre tantos outros.

As explicações que vimos fazendo trazem à tona pelo menos dois problemas centrais que impactam fortemente a trajetória da população negra na cidade:

a) O primeiro refere-se à *injustiça de cunho econômico* e diz respeito à super-exploração dos negros no decorrer de toda a história do Brasil, enraizada no colonialismo, escravismo e radicada na estrutura econômico-política atual. A abolição da escravatura ocorreu sem qualquer política de integração do negro no mundo do trabalho capitalista, desencadeando-se e reproduzindo-se desigualdades socioeconômicas com forte marca racial. Como afirma Campos (2012: 86), o quadro de desigualdades no qual vive a população negra, designado pelo autor como *pobreza estrutural*, teve como causa dois fatores principais: a inacessibilidade a posse de terra num contexto no qual está se configurava como o principal meio de acumulação de bens; e a inserção tardia no mundo urbano industrial, em razão da ideia de superioridade dos trabalhadores brancos, de origem europeia, amplamente absorvidos como mão-de-obra em detrimento dos ex-escravizados e seus descendentes. Hasenbalg, por sua vez, evidencia em seus escritos que, cada nova geração de negros apresenta desvantagens em relação aos brancos de mesma condição econômica. Isso porquê, além de sua origem de baixa posição social, a discriminação racial restringe amplamente as suas chances de mobilidade social ascendente perenizando a transmissão intergeracional de desigualdades (HASENBAG, 1979:172, 199). A *injustiça econômica* abarca fatores como: a expropriação do fruto do próprio trabalho em proveito de outros; a falta de acesso ao trabalho remunerado; a submissão a trabalhos informais, indesejáveis ou mal remunerados; em suma, a falta de acesso a um padrão de vida adequado no âmbito material, decorrente das mais diversas formas de privações (FRASER, 2006: 232). Como exemplo empírico, temos a situação descrita no tópico “A situação do migrante negro descapitalizado e a reprodução da pobreza”, indicativa de que a maior parcela dos negros que migrou para Londrina no início da sua formação, apesar de muito trabalhar para os proprietários de terras, não alcançou os tão propagados patamares de riqueza, prosperidade ou

simplesmente de vida digna, conquistados por outros grupos sociais. Pelo contrário, continua a experimentar múltiplas precariedades e privações, destacando-se a segregação socioespacial que lhe foi imposta.

b) O segundo diz respeito à *injustiça cultural ou simbólica*, aquela inerente aos padrões sociais de representação. Nessa vertente da injustiça inserem-se: a dominação no âmbito cultural, que submete determinados grupos e suas respectivas características culturais a padrões associados à outra cultura alheia ou hostil à sua própria; o ocultamento e a invisibilidade de grupos sociais de origens culturais distintas da que é dominante; e o desrespeito, que implica tanto em processos de desqualificação nas representações culturais públicas estereotipadas, como nas interações sociais cotidianas (FRASER, 2006: 232). Como exemplo de injustiça cultural no campo empírico temos a situação descrita no tópico “O espaço socialmente construído e a permanente luta por reconhecimento”, que evidencia o ostracismo ao qual é relegada a população negra no âmbito da identidade cultural de Londrina, ainda que seja comprovada a sua presença e participação desde o início da formação da cidade. Numa estrutura social alicerçada sobre o eurocentrismo, o racismo, a ideologia do branqueamento e a colonialidade, as características culturais valorizadas são aquelas associadas ao “ser branco”.

É nessa perspectiva que, para Fraser (2006: 232), só é possível corrigir as injustiças historicamente radicadas no tecido social a partir da compreensão de que as lutas por *redistribuição*, com a finalidade de compensar injustiças econômicas, não devem dispensar as lutas por *reconhecimento*, destinadas a remediar injustiças culturais. Portanto, para a construção da justiça social em prol dos grupos submetidos a múltiplas formas de injustiça, como é o caso da população negra, faz-se necessário tanto *redistribuição*, quanto *reconhecimento*.

Apesar de preterido na história oficializada, o negro esteve presente desde os primórdios da cidade realizando atividades imprescindíveis ao seu desenvolvimento, a começar pelo legado de trabalho árduo na derrubada de matas e nas lavouras de café, no último dos seus ciclos, até os trabalhos urbanos, informais ou assalariados, inerentes ao modo de produção capitalista. Preencheram, sobretudo as ocupações menos valorizadas socialmente, mas sem as quais nenhuma cidade seria edificada e desenvolvida. Em menores proporções, ocuparam as de maior *status* social, devido às injustiças sociais que ainda hoje cerceiam-lhes as oportunidades.

Os negros constituíram ainda a Associação Recreativa Operária de Londrina (AROL)⁸, clube negro de Londrina cuja formação inicial ocorreu no final da década de 1930. A AROL se configurou como um espaço coletivo de valorização do negro no âmbito cultural, político e educacional, que privilegia a reflexão acerca da segregação do negro em Londrina, materializada não apenas na formação de bairros periféricos, mas também na não aceitação de sua presença em espaços tidos como brancos, como clubes. Evidenciamos, assim, que os negros foram protagonistas no desenvolvimento de estratégias de luta em benefício da população negra e contra a discriminação racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Londrina nasceu numa conjuntura de grande vigor do pensamento racista e eugenista no Brasil, cujas racionalidades ainda se encontram arraigadas no tecido social. No que se refere às especificidades regionais, a cidade emergiu num contexto de consolidação do Sul como uma região “modelo” para o Brasil, embranquecida pela imigração europeia e na qual o negro foi, persistentemente, tratado como não existente; vimos também que foram feitas tentativas de construção de uma identidade social e cultural específica para o Paraná, concebida pela historiografia tradicional como “um Brasil diferente”, onde ao tentar forjar uma história regional para o Estado, ignorou-se completamente as contribuições do segmento negro.

Londrina, sem deixar de constituir-se com suas especificidades, acabou inserindo-se no projeto de construção de uma identidade atrelada à branquidade, contribuindo para a invisibilização do negro tanto na história oficializada da cidade, quanto nos lugares de circulação pública, onde se projetou uma materialidade simbólica, hoje grafada no espaço urbano, que omite outras realidades. Sob o prisma das circunstâncias sociais, políticas e culturais e dos interesses dos grupos detentores do poder, os negros não precisavam ser lembrados, uma vez que sua serventia se restringiu ao vigor de sua força de trabalho. A significância de sua mão de obra, todavia, não abrandava o estigma de pertencer à raça considerada inferior, incompatível com a imagem do progresso.

As discussões empreendidas nos ajudam a compreender que, além das injustiças econômicas, decorrentes da ampla exploração dos negros, deflagradoras das profundas desigualdades e da fixação desse grupo social na base da estrutura de classes e do sistema de estratificação social, existe uma estrutura cultural-valorativa que intensifica e faz perdurar as

⁸ Cf. SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana; SOUZA, Alexsandro Eleotério. *Negro em Movimento: a Trajetória de Doutor Oscar do Nascimento*. Londrina: UEL, 2014.

posições de desvantagens. E essa estrutura cultural-valorativa encontra-se intrinsecamente vinculada às lógicas inerentes à ideologia do branqueamento, um dos alicerces do racismo no Brasil, e à colonialidade, um dos alicerces do sistema capitalista, que, na condição de padrão de poder multidimensional, mantém a raça e o racismo como cerne da divisão de privilégios sociais e como dispositivo de opressões. Dentre as principais características dessa dinâmica, destaca-se a segregação urbana com evidente marca racial, que faz com que os negros ocupem, em sua maioria, os territórios pobres e estigmatizados de diversas cidades brasileiras e Londrina encontra-se inscrita nessa realidade.

Não obstante todos os percalços deflagrados pelo racismo e pela discriminação racial, um elemento que sobressai em toda a trajetória histórica da população negra é a centralidade do seu papel de resistir para continuar existindo.

REFERÊNCIAS

- ADUM, Sonia Sperandio Lopes. **Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em Londrina - 1930/1960**. 1991. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 1991.
- ALCOFF, Linda. Uma Epistemologia Para a Próxima Revolução. **Sociedade e Estado**. UNB, v. 31, n.1, p. 129-143, jan./abr., 2016.
- ALVES, Jolinda. **História da Assistência Social aos Pobres em Londrina: 1940-1980**. 2002. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2002.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social), USP, São Paulo, 1993.
- BENATTI, Antonio Paulo. **O Centro e as Margens: boemia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) UFPR, Curitiba, 1996.
- BONI, Paulo César. **Fincando Estacas! A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens**. Londrina: Edição do Autor, 2004.
- CAMPOS, Andrelino de Oliveira. As Questões Étnico-Raciais no Contexto de Segregação Socioespacial na Produção do Espaço Urbano Brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson (Org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012, p. 68-103.
- CHOMA, Daniel. **Café Passado Agora: Narrativas em torno de fotografias de Armínio Kaiser, produzidas entre 1957 e 1970, sobre a cafeicultura no norte do Paraná**. 2010.
- GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: MALDONADO-TORRES, Nelson; BERNARDINO-COSTA,

Joaze. GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**, Editora Autêntica, 2018.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**. USP, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e Democracia Racial**: sobre as entranhas do racismo no Brasil, 2011.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná, São Paulo: T. A. Queiroz, 2ª ed., 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PANTA, Mariana. **Relações Raciais e Segregação Urbana: trajetórias negras na cidade**. 2018. Tese (Ciências Sociais) - UNESP, Marília, 2018.

PEREIRA, Luis Fernando. **Paranismo**: cultura e imaginário no Paraná da I República. 1996. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 1996.

OLIVEIRA, Vilma Santos. **Mãe Mukumby na Praça Japonesa**. Vídeos da Canivete Digital Prod., 2008.

RAZENTE, Nestor. Segregação Socioespacial nas Cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná - Brasil. **Arquitextos - Vitruvius**, n. 137, out., 2011.

ROLNIK, Raquel. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras**: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Renato Emerson. Sobre Espacialidades das Relações Raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

CIDADE, BRANQUEAMENTO E COLONIALIDADE:
A construção dos matizes da identidade de Londrina e os impactos sobre a população negra
Mariana Aparecida dos Santos Panta
Maria Nilza da Silva

SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana; SOUZA, Alexsandro Eleotério. **Negro em Movimento:** a Trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. Londrina: UEL, 2014.

STEPAN, Nancy. **A Hora da Eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo:** uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.